



Bloco de Esquerda

Grupo Parlamentar

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 357/XVI/1.ª

RECOMENDA AO GOVERNO A CONCRETIZAÇÃO DE MEDIDAS DE REVITALIZAÇÃO, REFLORESTAÇÃO E RENATURALIZAÇÃO DO PARQUE NATURAL DA SERRA DA ESTRELA

Os incêndios do verão de 2022 tiveram um impacto profundo no Parque Natural da Serra da Estrela, nomeadamente na sua fauna, flora e nas populações que aí habitam e trabalham. Para a recuperação do Parque Natural é necessária uma intervenção humana que garanta em grande medida a renaturalização da área, tornando-a ao mesmo tempo mais resiliente e segura para as populações.

O governo anterior publicou a Resolução do Conselho de Ministros n.º 40/2024, de 15 de março - ou seja, cinco dias após a realização das eleições legislativas - que “Aprova o Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela”. A criação desse plano foi relativamente lenta e a sua implementação deve ocorrer o quanto antes, com prioridade e adição de medidas de uma maior proteção ambiental e renaturalização que foram esquecidas no plano.

É assim necessária a proibição de novas áreas de mineração. É ainda essencial garantir a substituição de árvores exóticas, como o eucalipto, por folhosas autóctone mais resilientes aos incêndios e adaptadas às condições edafoclimáticas. A floresta deve ser organizada em mosaicos paisagísticos com áreas agrícolas e outras garantindo áreas de quebra da propagação de fogos ao mesmo tempo que promovam a biodiversidade.

Consideramos que é igualmente necessário avançar com programas de remuneração de serviços de ecossistema que não estejam vinculados aos fenómenos naturais já gerados pela floresta e outra vegetação, mas sim que garantam pagamento de serviços positivos de várias atividades que contribuam para melhorar as condições ambientais, o combate às alterações climáticas e contruam um território mais resiliente. Este sistema não se deve

limitar ao pagamento relativo a áreas, mas sim ter uma ponderação positiva a pequenos produtores.

É ainda necessário garantir o reforço da vigilância do Parque Natural da Serra da Estrela através da contratação de vigilantes da natureza.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

- 1 - Garanta a rápida aplicação do plano de revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela com envolvimento das populações e:
 - a) A substituição de espécies florestais exóticas como o eucalipto por folhosas autóctones;
 - b) Interditar novas plantações de árvores exóticas como o eucalipto;
 - c) Controlo e erradicação de espécies exóticas e invasoras que estejam a ser disseminadas, em especial em resultados dos incêndios;
 - d) Garantir zonas de mosaico paisagístico que impeçam a formação de grandes áreas transitáveis pelo fogo;
 - e) A interdição de novas minas na para do Parque Natural e na sua envolvente se afetar direta ou indiretamente os valores ambientais do Parque Natural da Serra da Estrela.
- 2 - Dê prioridade um programa de serviços de ecossistemas que remunere os impactos positivos de boas práticas diferenciadas nas atividades de agricultura, apicultura, pastorícia e silvicultura, garantindo uma ponderação positiva para pequenos produtores e que não seja baseada na área.
- 3 - Garanta o reforço dos meios de vigilância no Parque Natural da Serra da Estrela através da contratação de vigilantes da natureza.

Assembleia da República, 4 de outubro de 2024.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,

Fabian Figueiredo; José Soeiro; Marisa Matias;

Joana Mortágua; Mariana Mortágua